

# EFEITOS DA PANDEMIA E O AUMENTO DAS DESIGUALDADES NA VIDA DAS CRIANÇAS: DIÁLOGOS SOBRE VIOLÊNCIAS E INDIFERENÇAS

## EFFECTS OF THE PANDEMIC AND THE GROWING INEQUALITIES IN THE LIVES OF CHILDREN: DIALOGUES ON VIOLENCES AND INDIFFERENCES

Daniela Finco **1**  
Ellen de Lima Souza **2**  
Cleriston Izidro dos Anjos **3**

Professora Associada do Departamento de Educação da Universidade **1**  
Federal de São Paulo (UNIFESP - Guarulho).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5868721280642490>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5731-1091>.  
E-mail: [dfinco@unifesp.br](mailto:dfinco@unifesp.br)

Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade **2**  
Federal de São Paulo (UNIFESP - Guarulho).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2996966307456495>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7945-9353>.  
E-mail: [ellen.souza@unifesp.br](mailto:ellen.souza@unifesp.br)

Professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação **3**  
em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas -  
(CEDU/UFAL). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7481303031221773>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1040-4909>.  
E-mail: [cianjos@yahoo.com.br](mailto:cianjos@yahoo.com.br)

**Resumo:** Este artigo aborda como as desigualdades sociais historicamente presentes em nossa sociedade foram acentuadas com o contexto da pandemia de Covid-19, trazendo muitos desafios para pensar a garantia dos direitos das crianças pequenas desde bebês. Tem como base o diálogo entre grupos de pesquisa que tratam de temáticas relacionadas às diferenças sociais nas infâncias, investigando as desigualdades presentes na vida das crianças brasileiras. Analisa os resultados de estudos recentes desenvolvidos no contexto atual, que nos alertam para a precariedade dos serviços e atendimento públicos em relação aos direitos fundamentais, revelando a diversidade das condições sociais das infâncias, advertindo para a necessidade de aprender com este cenário de crise pandêmica. Por fim, aponta possibilidades para pensar na “teorização da resistência” que auxilie na compreensão e enfrentamento desse cenário, que envolve várias formas de opressão, assim como apresenta possibilidades de resistência contra a colonialidade do poder.

**Palavras-chaves** Pesquisas. Infâncias. Pandemia. Desigualdades. Colonialidade.

**Abstract:** This article discusses how social inequalities historically present in our society were accentuated in the context of the Covid-19 pandemic, bringing many challenges to think about guaranteeing the rights of young children from babies. It is based on the dialogue between research groups that deal with issues related to social differences in childhood, investigating the inequalities present in the lives of Brazilian children. It analyzes the results of recent studies carried out in the current context, which alert us to the precariousness of public services and assistance in relation to fundamental rights, revealing the diversity of the social conditions of children, warning of the need to learn from this pandemic crisis scenario. Finally, it points out possibilities for thinking about the “resistance theorization” that helps in understanding and confronting this scenario, which involves various forms of oppression, as well as presenting possibilities of resistance against the coloniality of power.

**Keywords:** Research. Childhoods. Pandemic. Inequalities. Coloniality.

## Introdução

Neste artigo, problematizamos os modos pelos quais as desigualdades sociais historicamente presentes em nossa sociedade foram acentuadas com o contexto da pandemia de Covid-19, trazendo muitos desafios para pensar a garantia dos direitos das crianças pequenas desde bebês. Este debate é resultado do diálogo entre pesquisadores/as da(s) infância(s), a partir dos lugares e espaços que ocupamos como docentes em cursos de Pedagogia em universidades públicas, lideranças em grupos de estudos e de pesquisas<sup>1</sup> voltados a compreender e a buscar diminuir as desigualdades sociais presentes na vida das crianças e tendo como foco as suas diferenças, como os espaços de reflexões, diálogos e produção de pesquisas acadêmicas, comprometidas com a construção de alternativas coletivas no enfrentamento destas questões em nossa sociedade. Pesquisas que têm contribuições em diversas áreas do conhecimento e nos Estudos Sociais da Infância para pensar o nosso contexto político cultural e social brasileiro, que nos ajudam a desvelar a multiplicidade de infâncias no imenso território do nosso país, que buscam dar visibilidade a crianças concretas, que diferem de uma ideia de criança homogeneizada (FARIA; FINCO, 2011). A questão da diversidade das condições de vida das crianças brasileiras nos apresenta muitos desafios e nos exige pensar em condições educativas que defendam seus direitos, valorizem suas vozes e reafirmem as diferenças.

Para iniciar estas reflexões, trazemos estudos realizados recentemente no contexto da pandemia que revelam a diversidade das condições sociais das infâncias. Dados que nos alertam para os modos pelos quais as pandemias não matam tão indiscriminadamente como se divulga via senso comum. “É evidente que são menos discriminatórias que outras violências cometidas na nossa sociedade. Mas discriminam tanto no que respeita à sua prevenção, como à sua expansão e mitigação” (SANTOS, 2020, p. 20). A intensa e cruel pedagogia do vírus está nos fazendo aprender muitas lições, revelando-nos articulações entre a pandemia e os problemas sociais existentes em nossa sociedade, bem como nos fazendo pensar nos muitos desafios que temos diante de um Estado ultraconservador e neoliberalista.

Nesse sentido, no Brasil, a crise sanitária que se intensifica e escancara as contradições sociais, as perversidades do capital, cada vez mais pautado pela agenda neoliberal, impondo as demandas do mercado, justificando a precarização do trabalho, dos direitos sociais e fortalecendo a invisibilidade das crianças. Assim, a invisibilidade de alguns grupos sociais fica mais escancarada na pandemia, uma vez que nem todos/as são atingidos/as da mesma forma, ao se considerar a lógica de poder colonial e patriarcal que hierarquiza seres humanos, caracterizando uma exploração capitalista por meio da discriminação racial e de gênero, a partir das tentativas de apagamento dos Direitos Humanos (CHAVES; FINCO, 2021).

Os desafios colocados pelo contexto pandêmico apontam para a existência de desigualdades sociais, levando à emergência de discutir as múltiplas formas de opressão, de discriminação e de violência que afetam a vida de mulheres, das crianças e da população negra no Brasil. Outrossim, revelam a necessidade de debater os graves problemas sociais presentes em nossa sociedade há muito tempo, mas que ainda não foram internalizados pela conscientização política, social e educacional.

A presença de um Estado genocida e de sua necropolítica, que decidem, implícita e explicitamente, quem deve viver e quem deve morrer, quem tem e não tem proteção e cuidado, num projeto político de sociedade que naturalizam a negligência a violência (SOUZA; SOUZA, 2021), exige-nos muitos esforços de estudos para compreender as intrincadas relações de poder presentes neste mecanismo social. Logo, para os Estudos Sociais da Infância, pensar conjuntamente sobre as especificidades disso, quando o assunto são as crianças, é fundamental, afinal, elas não estão alijadas do processo de extermínio. Embora muitos digam que a Covid-19 atinge igualmente a todos e todas, temos as crianças desde bebês com endereço certo à morte, ao sofrimento e ao abandono por aqueles e aquelas que deveriam criar políticas para atender às famílias nas periferias, a todas as pessoas (GOBBI, 2020).

Para além da pandemia, tais questões representam o espelho dos valores da nossa so-

<sup>1</sup> Grupo de Pesquisa sobre gênero e educação da pequena infância, cultura e sociedade (UNIFESP), Grupo LAROYÉ - Culturas infantis e pedagogias descolonizadoras (UNIFESP) e GEPPECI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogias e Culturas Infantis (UFAL).

cidade, fenômenos sociais que precisam ser enfrentados. A conjuntura pandêmica imposta pela Covid-19, em países que historicamente a colonialidade do poder permeia o *ethos* das relações, forjando a associação equivocada de diferenças como sinônimo de desigualdade acentuou todas as formas de discrepâncias, sejam elas: econômicas, raciais, de gênero, de sexualidade e etárias.

Trazemos alguns dados sobre os desafios da garantia à vida, relacionados aos direitos, aos atendimentos de saúde, alimentação, moradia, segurança, como os direitos relacionados à provisão e direito à proteção, necessários para todos e todas. Partimos de um olhar atento para os modos pelos quais o cenário afeta diretamente as infâncias, para refletir sobre a reprodução das desigualdades na vida das crianças. Podemos ver nas análises de pesquisas relativas a um ano de pandemia de Covid-19 como o aumentou o número de crianças com fome, isoladas, abusadas, ansiosas, que vivem na pobreza e que são forçadas a se casar (UNICEF, 2021)<sup>2</sup>, ao mesmo tempo em que diminuiu seu acesso à educação, à socialização e aos serviços essenciais, incluindo saúde, nutrição e proteção

Por fim, apontamos neste diálogo algumas possibilidades teórico-metodológicas que podem contribuir para compreender e enfrentar este cenário, que envolve várias formas de opressão, assim como variadas formas de resistência. As reflexões deste artigo provocam a pensar os modos pelos quais o colonialismo, o patriarcado e o racismo estão vivos e são reforçados/fortalecidos nos momentos de crise aguda, permeando as infâncias. Neste sentido, alertamos para o adultocentrismo<sup>3</sup> como parte da infraestrutura da colonialidade do poder que mantém o racismo, o sexismo e outras formas de opressão, forjando diferenças como sinônimo de desigualdades que se acentuam em nosso país.

## Sobre as desigualdades e pandemia no Brasil

Estudos que discutem as práticas e contrastes de controle da pandemia de Covid-19, a partir das políticas públicas brasileiras, e considerando a perspectiva da epidemiologia, afirmam que diante de um cenário em que o número de pessoas vacinadas e, conseqüentemente, de pessoas passíveis de contraírem o vírus, ser aquém do necessário, as medidas de isolamento são fundamentais para a redução da curva epidêmica (RAFAEL *et al.*, 2020). No entanto, de acordo com os autores e autoras, além do isolamento, é preciso que o poder público invista na construção e fortalecimento de políticas públicas de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras, bem como na realização de investimentos no setor da saúde pública.

As desigualdades de acesso às informações, aos recursos e às oportunidades também afetam os modos pelos quais se dá a distribuição social dos efeitos da pandemia na vida de brasileiros e brasileiras, nesse sentido:

A distribuição da incidência do coronavírus entre os grupos e os territórios seria a primeira questão a considerar. O vírus foi trazido do exterior para o país por estratos mais privilegiados ou médios que estão localizados particularmente em regiões mais desenvolvidas. A questão geral é saber se e como o 'meio social', de natureza relacional e estruturada, afeta a propagação e a distribuição interna da doença entre os grupos. A pandemia não é um processo puramente biomédico, pois o vírus se espalha por meio de contatos sociais. Na ausência

2 Cerca de 10 milhões de casamentos infantis adicionais podem ocorrer antes do final da década, ameaçando anos de progresso na redução da prática. (UNICEF). Até novembro de 2020, entre 6 milhões e 7 milhões de crianças menores de 5 anos a mais podem ter sofrido de baixo peso ou desnutrição aguda naquele ano, resultando em quase 54 milhões de crianças com baixo peso, um aumento de 14% que poderia se traduzir em mais de 10.000 mortes infantis adicionais por mês – principalmente na África ao sul do Saara e na Ásia Meridional. Com um declínio de 40% nos serviços de nutrição para crianças e mulheres, muitos outros resultados nutricionais podem piorar (UNICEF). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/o-progresso-recuou-em-praticamente-todos-os-principais-indicadores-da-infancia-um-ano-apos-declaracao-de-pandemia>. Acesso em: 26/11/2021.

3 Entende-se por adultocentrismo como o exercício de poder do/a adulto/a que pensa e constrói a sociedade em torno dele/a e para ele/a, desconsiderando os interesses e as necessidades da criança (ROSEMBERG, 1976).

de segregação absoluta e isolamento social 'entre categorias', ele potencialmente atinge todos os grupos. Resta saber se, a partir desta origem, a distribuição interna no país entre os grupos será dependente da origem, mas aleatória na sua progressão, ou socialmente organizada e condicionada pela estrutura social. Sugere-se aqui a proposição de que serão mais atingidos em termos absolutos, no curso da transmissão da doença, os grupos que possuem uma maior dimensão demográfica e, em termos relativos, os grupos que tiverem uma maior taxa de reprodução do vírus. Deve-se refletir sobre as circunstâncias de trabalho, localização e moradia dos trabalhadores assalariados típicos e elementares, dos grupos destituídos de ativos, e sobre o papel dos diversos fatores que podem contribuir para uma maior exposição e propagação da doença entre estas categorias da base social. No plano do trabalho, em organizações empregadoras, as posições e situações que envolvem subordinação direta, baixa autonomia, execução prática em espaço circunscrito, estrita dependência técnica, trabalho controlado em equipe, interações em copresença, potencialmente podem ter uma incidência maior de exposição e reprodução. No mundo do trabalho autônomo urbano precário, a ação pessoal direta na rua ou local mutável, a circulação contínua imposta pela busca de meios de subsistência, a renda dependente do fluxo de demanda a ser localizada, a ausência de um 'colchão protetor' de recursos ou, então, de um suporte adequado de seguridade social, são fatores que incrementam riscos e suscitam comportamentos de risco no contexto de uma pandemia (FIGUEIREDO SANTOS, 2020, p. 4).

Em diversos meios de comunicação social, tem sido comum a utilização da expressão que afirma que "estamos todos na mesma tempestade" como uma justificativa para o fato de que o vírus SARS-Cov-2 atinge pessoas de diversas realidades socioeconômicas. Contudo, as condições de luta, resistência e sobrevivência com que cada pessoa humana, desde bebê, enfrenta essa realidade é completamente diferente. Se a tempestade é a mesma, talvez o barco não o seja. As condições de trabalho, transporte, saneamento, rede de apoio para mulheres e crianças<sup>4</sup>, dentre outros fatores, interferem e afetam os modos pelos quais a pandemia atinge cada pessoa desde bebê.

O Sistema Único de Saúde (SUS) - sofre ainda mais com problemas de financiamento, estruturação de espaços e serviços, ausência de quantitativo de profissionais e gestão para o atendimento das demandas desse tempo. Mesmo com esses desafios e escasso apoio governamental, um dos maiores sistemas de saúde do mundo tem tido papel fundamental no enfrentamento da pandemia. Todavia, se houvesse maiores investimentos na saúde, com consistentes políticas de proteção social e transferência de renda, o Brasil poderia alcançar redução na mortalidade e nas desigualdades em saúde, especialmente por meio da atenção primária à saúde da população (APS), cujo enfoque está na prevenção e na redução dos riscos de doenças por meio do trabalho das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

---

4 Recomenda-se a leitura da obra "Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro", organizado por Marcia Aparecida Gobbi e Juliana Diamante Pito (2021), obra escrita e organizada por mulheres e com provocadoras reflexões sobre as crianças e as mulheres na pandemia. A obra "Caderno de Direitos - Retorno à creche e à escola: Direitos das crianças, suas famílias e suas/seus educadoras/es - gestoras/es, professoras/es e funcionárias/os", organizada por Ana Maria Mello, Fauston Negreiros e Cleriston Izidro dos Anjos (2020) com participação da equipe da Frente Nordeste Criança, também contribui para pensar aspectos relacionados aos direitos das crianças, de suas famílias e dos/as profissionais da educação em contexto de pandemia.

Desse modo, a APS deve ser considerada um importante pilar frente a situações emergenciais, tais quais as epidemias de dengue, Zika, febre amarela, Chikungunya e, também agora, a COVID-19. Apostar naquilo que é a alma da atenção primária, como o conhecimento do território, o acesso, o vínculo entre o usuário e a equipe de saúde, a integralidade da assistência, o monitoramento das famílias vulneráveis e o acompanhamento aos casos suspeitos e leve, é estratégia fundamental tanto para a contenção da pandemia, quanto para o não agravamento das pessoas com a COVID-19. À APS caberá também abordar problemas oriundos do isolamento social prolongado e da precarização da vida social e econômica, como transtornos mentais, violência doméstica, alcoolismo e agudização ou desenvolvimento de agravos crônicos, cujas consequências são de difícil previsão, exigindo cuidados integrados longitudinais. Tudo isso soma-se ao conjunto de problemas já vivenciados pelas pessoas e que se apresentam no cotidiano dos serviços (SARTI *et al.*, 2020, p. 2).

Estudos que apontam para o papel da atenção primária à saúde diante da pandemia provocada pela Covid-19, afirmam que para que haja garantia de atendimento com segurança e qualidade são necessários: a) planejamento fundamentado em dados, b) organização dos serviços de saúde considerando as características da pandemia, c) recursos financeiros; e d) estratégias de enfrentamento, dentre as quais: formação para as equipes de saúde, testes em larga escala, estrutura para exames complementares com agilidade nos casos em que isso se fizer necessário, espaço físico, estoque de medicamentos, definição de protocolos, profissionais o suficiente para atender a demanda, equipamentos de proteção individual (EPIs), metodologias de trabalho intersetoriais de atendimento à população, dentre outras (SARTI, *et al.*, 2020).

Destacar estas informações de discussões e pesquisas de outras áreas que também estão se mobilizando para fazer algo em meio ao caos em que estamos mergulhados nos parece fundamental, pois pode contribuir para a compreensão das agruras que estamos vivendo. Em um momento em que o país precisa de investimentos para garantir os direitos sociais - dentre eles, à saúde, à moradia, à educação, ao trabalho e à infância -, vê-se um movimento governamental de contingenciamento dos poucos investimentos existentes nos serviços públicos.

Outra importante questão está relacionada ao aumento da fome no país. Pesquisas afirmam que, desde 2016, os problemas relacionados à segurança alimentar e à fome no Brasil vinham se agravando e, com a pandemia, a situação se tornou ainda pior (RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020). Os autores e autoras defendem que os governos - federal, estaduais e municipais - precisam articular medidas que possibilitem acesso à alimentação saudável e adequada como forma de reduzir os impactos de possíveis contaminações, especialmente nas populações com maior vulnerabilidade.

De partida, importa dizer que a população em situação de vulnerabilidade em SAN<sup>5</sup> é exatamente a mesma que só poderá cumprir as medidas de isolamento e distanciamento social se puder contar com renda para ficar em casa. No que se refere aos assalariados, o nível de desemprego tem aumentado e a parcela dos trabalhadores está sendo dispensada colocando em risco a renda no curto prazo, durante a pandemia, e no pós-crise, quando os trabalhadores se verão sem perspectiva. Portanto, o impacto na segurança alimentar de parcela das famílias estará comprometido se não forem construídas estratégias de garantia de emprego e renda para esta parcela

5 Por Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

da população. Soma-se ainda que parte dos estabelecimentos (pequenos e médios negócios, inclusive os ligados a cadeias de alimentos) foram fechados e depende de medidas para não falir e poder reabrir no pós-pandemia (RIBEIRO SILVA *et al.*, 2020, p.3425).

O cenário é ainda mais agravante quando olhamos para o campo da educação. Se por um lado a suspensão do atendimento em creches e pré-escolas implica na suspensão da garantia de direitos fundamentais à vida digna de crianças pequenas desde bebês, como os direitos relacionados à provisão e direito à proteção, por outro lado, os discursos retóricos com medidas de obrigatoriedade do retorno presencial apontam para um cenário gravíssimo no qual estamos caminhando durante a pandemia no Brasil. Com a banalização das mortes em massa e negligência em muitos estados e municípios, naturalizaram-se também as mortes de crianças, de jovens e de professoras(es), com a proposta de reabertura das escolas, durante um período de cruel agravamento das taxas de contágio, de mortes, novas variantes do coronavírus, taxas gritantes de ocupação de leitos de enfermaria e de UTI, falta de vacinas e de medidas de prevenção adequadas (FREITAS *et al.*, 2021).

Lembrar todas as lutas coletivas do último período é fundamental para mostrar que não há silêncio diante da banalização das mortes em massa e que seguiremos enfrentando o (des)governo federal. Nos manteremos em diálogo e pressão junto aos governos estaduais e municipais, para a promoção de políticas públicas pela vida e pelo enfrentamento adequado da pandemia. A vida não está sob negociação. Com greves e diversas formas de pressão pelos sindicatos de educação e pelas organizações e movimentos sociais, enfrentamos discursos retóricos que afirmam que a “educação é essencial”. Colocam as mais inconsistentes justificativas antes da defesa da vida de quem está nas creches e escolas, num contexto de risco de morte, colapso do sistema de saúde, vacinação que caminha muito lentamente e políticas educacionais cegas (FREITAS *et al.*, 2021, s/p).

Estamos em dezembro de 2021 e ainda se discute se as crianças com idade entre 5 e 11 anos devem ser vacinadas<sup>6</sup>. O descaso com as crianças pequenas desde bebês passa tanto pela morosidade em que são tomadas medidas para a proteção da vida das crianças como pela ausência ou escassez de iniciativas do poder público para garantir um possível retorno presencial seguro para as crianças pequenas desde bebês: reformas nos espaços físicos das instituições de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental que poderiam ter passado por esse processo, a constituição de comitês intersetoriais para a garantia dos direitos das crianças desde bebês, de suas famílias e dos/as profissionais da educação nos estados e municípios, dentre outras ações, ainda se constituem como casos isolados. O retorno às instituições educativas, que poderia ter sido planejado e discutido com todos e todas, no geral, tem ocorrido em condições precárias.

Em 2020, ao perceber que o período de isolamento conhecido como “quarentena” poderia durar muito mais do que quarenta dias, alguns grupos e movimentos começaram a promover debates, discussões e pesquisas a partir de uma série de indagações a respeito das crianças desde bebês e a educação em tempos de pandemia.

<sup>6</sup> Alguns exemplos em torno do debate sobre a vacinação de crianças, são: “Anvisa aprova vacina da Pfizer contra Covid para crianças de 5 a 11 anos” (<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2021/anvisa-aprova-vacina-da-pfizer-contra-covid-para-criancas-de-5-a-11-anos>), “Vacina da Covid-19 em crianças: tudo o que você precisa saber” (<https://saude.abril.com.br/medicina/vacina-da-covid-19-em-criancas/>), “Vacinação das crianças” (<https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/vacinacao-das-criancas-artigo/>), “Covid matou mais crianças no Brasil que doenças com vacina em 15 anos” (<https://br.noticias.yahoo.com/covid-matou-mais-criancas-no-brasil-que-doencas-com-vacina-em-15-anos-163406705.html>), “AGU informa ao STF que decisão sobre vacinação de crianças sairá em janeiro” (<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/12/19/agu-resposta-stf-vacina-criancas.htm>).

O GEPPECI - Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogias e Culturas Infantis (UFAL) - foi um dos primeiros grupos a organizar uma sequência de *lives* e outros eventos online<sup>7</sup>, cujas contribuições estão materializadas em dois dossiês, a saber: “As crianças e suas infâncias em tempos de pandemia (SANTOS; SARAIVA, 2020) e “Educação Infantil em tempos de pandemia” (ANJOS; PEREIRA, 2021). Dentre as questões, haviam aquelas relacionadas aos modos pelos quais a pandemia estaria afetando a vida das crianças, como estariam se reinventando nesses tempos e que adultos/as estariam compartilhando dessas experiências com as crianças diante da impossibilidade de ida para as instituições educacionais e para outros espaços da vida coletiva. Além destes desafios do tempo pandêmico, outros já existentes também se tornaram mais urgentes, como o debate sobre as tecnologias digitais da informação e da comunicação na vida e na educação das crianças (ANJOS; FRANCISCO, 2021).

Barbosa e Soares (2021) problematizam o apelo feito à população brasileira por meio das mídias de comunicação para que todos participem da construção de um “novo normal”, expressão utilizada em nome da necessidade capitalista de demarcar posicionamento a respeito da continuidade das atividades da vida cotidiana durante a pandemia e também, depois dela, já que certamente nenhum de nós, e por algum motivo, passará ileso a isso tudo. Destacam o agravamento da crise no país e a diminuição das possibilidades de trabalho, com a suspensão de atividades econômicas consideradas como não essenciais, alertando para o fato de que essa situação afeta ainda mais os mais pobres, que já eram negligenciados por esses sistemas econômicos. Afirmam ainda que as crianças sequer têm sido consultadas a respeito do que desejam para o pós-pandemia. Concluem afirmando que não podemos “voltar ao normal”, nem construir um “novo normal” a partir do antigo, já que este tem se sustentado na exclusão, na desigualdade e na opressão às crianças, suas famílias e aos/às docentes, mas defendem que é preciso superar o normal, desejando e construindo o novo.

## Discutir a colonialidade para desvelar as desigualdades na infância

Compreender os mecanismos de operação da colonialidade do poder fomenta nosso olhar para compreendermos que os sistemas de manutenção das desigualdades alicerçam uma perspectiva de sociologia das ausências. Nesse sentido, uma das desigualdades menos trazida para os debates foram as desigualdades etárias e, também, a perspectiva da infantilização das pessoas. O discurso da infantilização relacionado à raça, idade e ao gênero trata-se de uma construção histórica. As análises de Achille Mbembe, teórico político, filósofo e historiador, ajudam-nos a compreender o processo histórico brasileiro acerca da colonização das infâncias, trazendo como foco a problematização de uma visão colonizadora em relação herança africana.

[...] o africano é apresentado não apenas como uma criança, mas como uma criança idiota presa em um punhado de régulos, potentes cruéis e implacáveis. Essa idiotia seria consequência de um defeito congênito da raça negra. A colonização seria uma forma de assistência, educação e tratamento moral dessa idiotia, além de um antídoto para o espírito de brutalidade e para o funcionamento anárquico das “tribos nativas”. Desse ponto de vista, representava uma bênção da civilização. Seria a regra geral de tratamento da idiotia das raças predispostas à degenerescência [...]. Os colonos eram, não senhores cruéis e ávidos, mas sim guias e protetores [...]. No argumento colonial, a raça sempre aparecia ao mesmo tempo como uma matriz material, uma instituição simbólica e um componente psíquico da política e da consciência imperiais. Na defesa e na ilustração da colonização, nenhuma justificativa escapava a priori ao discurso geral a respeito daquilo que na época era designado como atributos da raça (MBEMBE, 2020, p.121-122).

7 Acesse o canal do GEPPECI em: <https://www.youtube.com/channel/UC78d981z2-iZa0v1W3qSnoQ>.

Dessa forma, o processo de colonização teve a raça como seu eixo central, e essa chave, a raça, operou como um sistema de classificação para a hierarquização. Assim, para essa lógica de perspectiva binária e cartesiana, a oposição entre as diferenças foi fundamental para fomentar uma hierarquização. Destarte, a base da reflexão é a associação direta do colonizador ao europeu; masculino, cristão, heterossexual e adulto/desenvolvido, logo, trazendo uma escala de subalternização aos colonizados; africano, feminino, anticristão, homossexual e infantil/não desenvolvido.

A associação da adjetivação de afro ou africano foi se compondo como sinônimo de infantil. Desse modo, africanos escravizados e, portanto, subalternizados, são assimilados como sujeitos em fase de desenvolvimento, e por isso necessitavam de vigilância e coerção. Esse pensamento reflete as políticas públicas higienistas que ainda reverberam no Brasil, entre crianças abandonadas e crianças criminosas, a criança, assim como os negros, vista como um problema social para a construção de uma nação. Tais expressões como:

Os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos: simplesmente eles pertencem a uma outra fase do desenvolvimento intelectual e moral. Essas populações infantis não puderam chegar a uma mentalidade muito adiantada e para esta lentidão de evolução tem havido causas complexas. Entre essas causas, umas podem ser procuradas na organização mesma das raças negríticas, as outras podem sê-lo na natureza do *habitat* onde essas raças estão confinadas. Entretanto, o que se pode garantir com experiência adquirida, é que pretender impor a um povo negro a civilização europeia é uma pura aberração (RODRIGUES, 1957, p. 114).

Assim, as relações coloniais de subalternização da África que objetificou aquilo que dela descende, adjetivados como “negros” e descaracterizados de humanidade, são historicamente retratados como estereótipos de infantis, imaturos, ingênuos e irascíveis. Por isso, os dados anunciados da UNICEF (2021) expressam parte desse “carrego colonial”:

Seguindo caminhos por encruzilhadas, existe ainda outra via conceitual que também deve ser atravessada, a colonialidade. Esse fenômeno, que prefiro chamar de marafunda ou carrego colonial, compreende-se como sendo a condição da América Latina submetida às raízes mais profundas do sistema mundo racista/capitalista/cristão/patriarcal/moderno europeu e às suas formas de perpetuação de violências e lógicas produzidas na dominação do ser, saber e poder. É necessário para isso, destacar que os efeitos de desencantamento desencadeados pela colonialidade produzem bloqueios na comunicação entre os povos latino-americanos. Todavia, é apostando na potência do cruzo e praticando o exercício de dobrar a linguagem – ações de ampliação de outras formas de comunicação – que firmarei que a colonialidade nada mais é do que o *carrego colonial*. Ou seja, a má sorte e o assombro propagado e mantido pelo espectro de violência do colonialismo (RUFINO, 2019, p. 12-13).

Se o cogito cartesiano que dá validade a uma reflexão binária e fortalece o sistema racista/capitalista/cristão/patriarcal/moderno europeu “Eu penso, logo existo!”, também fortalece o adultocentrismo opondo crianças aos adultos forjando diferença como sinônimo de desigualdade e impondo subalternidade e naturalizando as violências. Para Rizzini e Pilotti (2011), em “A arte de governar as crianças”, explicita-se a menorização das crianças negras, estas como “herdeiras” legítimas da objetificação denunciada em sua expressão de melanina são classificadas como menores. A ideia de “menor”, portanto, é inferior à criança, pois desta última espera-se que seja só uma fase (infância), mas o menor não, pois trata-se de uma sentença carregada colonialmente dos estereótipos de inferioridade e, para isso, deverá permanecer

institucionalizado, detento e confinado pelo Estado, caso contrário, deverá ser negligenciado.

Exemplos da negligência para com a minorização das crianças negras são evidentes na pandemia, como: João Pedro<sup>8</sup>, Miguel Otávio<sup>9</sup>, Emily Vitória e Rebeca Beatriz<sup>10</sup> e, ainda, os três meninos de Belford Roxo, Fernando Henrique, Alexandre e Lucas Matheus<sup>11</sup>. Conforme destaca Mbembe (2019), a luta da população negra em diferentes espaços envolve a reabilitação do corpo e das vidas negras, considerando a visão de que o corpo negro é um corpo não humano:

A polícia mata negros quase todas as semanas, sem que existam sequer estatísticas que deem conta disso. A generalização do assassinato está inscrita nas práticas policiais. A administração da pena de morte se desvinculou da esfera do Direito para tornar-se uma prática puramente policial. Esses corpos negros são corpos sem jurisprudência, algo mais próximo de objetos que o poder precisa gerir (MBEMBE, 2019, p.18-19).

Há uma falta de celeridade, bem como em grande parte uma impunidade, para com os crimes cometido contra as crianças negras, e essa minimização da vida da criança pequena e negra fomenta um adultocentrismo racista que fica ainda mais evidente em uma situação caótica como a pandemia. Nos países menos desenvolvidos, três quartos das pessoas, mais de dois terços das escolas e um quarto dos estabelecimentos de saúde, carecem dos serviços básicos de higiene necessários para reduzir a transmissão da Covid-19. Em média, 700 crianças menores de 5 anos morrem todos os dias de doenças causadas pela falta de água, saneamento e higiene.

Olhar as infâncias no contexto da pandemia considerando as desigualdades etárias, raciais e econômicas é necessário para a garantia dos direitos de todas as crianças, desde bebê e, particularmente, das crianças negras. Lugones (2014) nos ajuda a entender e questionar a preocupante indiferença em relação à forma como as violências cruzam os diferentes marcadores sociais na infância, fazendo uma importante leitura da modernidade capitalista colonial moderna e mostrando, ainda, que a imposição colonial de gênero e raça atravessam questões econômicas e políticas, cruzando com práticas cotidianas que tanto nos habitam a cuidar do mundo ou a destruí-lo.

O conceito de colonialidade do poder nos ajuda a fazer uma análise a partir de um “sistema moderno-colonial de gênero”, tanto para relacionar e compreender os aspectos gerais

---

8 Morto enquanto estudava em casa no dia 18 de maio de 2021 em uma operação policial na cidade de São Gonçalo – RJ. Mais informações em “MPRJ denuncia três policiais civis acusados pela morte de João Pedro” (<https://eurio.com.br/noticia/28661/mprj-denuncia-tres-policiais-civis-acusados-pela-morte-de-joao-pedro.html>) e “Caso João Pedro: Quando o Estado mata nossos filhos a Justiça não acontece, diz mãe do adolescente morto em operação policial” (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57121830>).

9 Com apenas cinco anos de idade, o menino foi abandonado pela patroa da mãe no elevador, o que resultou na morte da criança ao cair do nono andar no dia 2 de junho de 2020 em Recife – PE. A patroa Sari Corte Real pagou uma fiança no valor de 20 mil reais e responde o processo em liberdade. Mais informações: “Caso Miguel: mãe de menino que caiu de prédio diz que ex-patroa a chamou de ingrata em depoimento” (<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/09/15/caso-miguel-foi-muito-bem-ensaiada-ate-o-show-que-ela-deu-no-final-chorando-diz-mae-de-menino-sobre-fala-de-sari-corte-real-em-audiencia.ghtml>) e “Um ano do caso Miguel: patroa que deixou criança cair do 9º andar segue sem punição” (<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/02/um-ano-do-caso-miguel-patroa-que-deixou-crianca-cair-do-9-andar-segue-sem-punicao>).

10 As meninas, com 4 e 7 anos de idade, foram baleadas na cabeça enquanto brincavam na frente de casa, em Duque de Caxias, em 4 de dezembro de 2020. Mais informações em: “Emily e Rebecca: laudos indicam que tiros atingiram fígado, coração e cabeça” (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/10/emily-e-rebecca-laudados-indicam-que-tiros-atingiram-figado-coracao-e-cabeca.ghtml>) e “Um ano depois, mortes de Emily e Rebecca permanecem sem solução; ‘O que resta é indignação’, diz avó” (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/03/um-ano-depois-mortes-emily-e-rebecca-sem-solucao.ghtml>).

11 Os meninos de Belford Roxo estão desaparecidos desde o dia 27 de dezembro de 2020. Mais informações em: “Meninos de Belford Roxo: dezenas de depoimentos, rastro de mortes e 1 ano de investigação; veja mais sobre o sumiço das crianças em números” (<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/10/meninos-de-belford-roxo-dezenas-de-depoimentos-rastro-de-mortes-e-1-ano-de-investigacao-veja-a-investigacao-sobre-o-sumico-das-criancas-em-numeros.ghtml>) e “Execução de meninos de Belford Roxo foi antecedida por sessão de tortura” (<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/execucao-de-meninos-de-belford-roxo-foi-antecedida-por-sessao-de-tortura/>).

desta estrutura, quanto para abordar a concretude específica e vivida das violências, que nos permite ver a imposição colonial em sua real profundidade; permitindo-nos, também, estender e aprofundar historicamente seu alcance destrutivo (LUGONES, 2008). A discussão nos provoca a ver o que está escondido em nossas compreensões sobre raça e gênero, e nos alerta para a problematização dessa indiferença diante das violências que o Estado e o patriarcado branco perpetuam contra as mulheres e as crianças de nossa sociedade. Segundo a socióloga feminista, é possível entender esta indiferença diante da violência sofrida como uma indiferença frente às transformações sociais profundas em nossas estruturas sociais, e por isso totalmente relevantes à recusa da imposição colonial.

Tal suporte nos ajuda a entender que essa indiferença é traiçoeira porque coloca barreiras intransponíveis para as nossas lutas por uma sociedade mais justa e mais democrática. Este é um passo importante, a capacidade de construção de um olhar indignado para refletir sobre as experiências de violências em nossa sociedade. Uma tarefa que faz na vida cotidiana e assim como nos esforços teóricos sobre as ideias de opressão e libertação (LUGONES, 2008). É uma indiferença que não aparece apenas na separação categorial de raça, gênero, classe e sexualidade – separação que não nos deixa perceber com clareza a violência, uma questão de cegueira epistemológica cuja origem reside nessa separação categorial.

Nessa perspectiva, os conhecimentos, as relações e os valores vão sendo constituídos em oposição a uma lógica dicotômica e hierárquica. Uma hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano que, segundo Lugones (2008), consiste na principal dicotomia da modernidade colonial. Desse modo, o diálogo não só é possível na diferença colonial, mas principalmente necessário para aqueles/as que resistem à desumanização.

Nesta lógica, é preciso perceber quais os grupos sociais que as estatísticas transformam em números desumanizados forjados pela colonialidade do poder. O cenário que vivemos nos exige um debate crítico capaz de propor novas leituras, indo além de categorias postas, pois requer um olhar especial para como se entrelaçam esses marcadores sociais na vida das crianças. O debate da colonialidade de poder marca uma mudança de paradigma, cujos modelos explicativos foram postos em crise, necessita ser construída a partir de uma perspectiva complexa, ao olhar para os processos de dominação que reproduzem exclusão social e discriminação em diferentes níveis, assim como faz pensar nas possibilidades para construir outras perspectivas e fugir das amarras das desigualdades.

### **Considerações finais: para além da crise pandêmica, uma crise política e social, econômica e centrada na noção de adulez**

Os modos de dominação do capitalismo, do patriarcado e do colonialismo são complexos e parecem ser invisíveis a articulação entre eles. Segundo Boaventura de Souza Santos (2020), essa invisibilidade decorre de um sentido comum inculcado pela educação e pela doutrinação permanentes. Esse sentido comum é evidente e é contraditório ao mesmo tempo. “Todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre os inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores (afirmam o colonialismo e o patriarcado)” (SANTOS, 2020, 12). Boaventura Santos nos alerta para as múltiplas artimanhas nas formas como se apresentam de formas separadas, assim como esses três modos de dominação se articulam e são poderosos atuando em conjunto. Afirma que enquanto houver capitalismo, haverá colonialismo e patriarcado.

Pensar na condição das crianças e em que educação queremos, nesses tempos e depois, significa refletir sobre os processos de colonização expressos numa pedagogia colonizadora e racista.

Nós temos um papel que é de imensa importância e carregamos as crianças conosco, na tentativa de impedir o uso da pandemia como aceleração deste perverso projeto da direita, da ultradireita. Neste momento não consigo me concentrar no que é específico da Educação Infantil. As crianças estão conosco neste cenário. Estamos todas

conduzidas à morte de nossos corpos pela inexistência de leitos para doentes, mas também ao falecimento do desejo, quando deixamos de desejar outras coisas e nos tornamos coisas, e como seres coisificados, não agimos por nós (GOBBI, 2020, p. 969).

Dessa forma, seria insuficiente considerar apenas a influência do capitalismo, racismo, patriarcado e colonialismo sobre as crianças, mas é necessário considerar as “crianças conosco”, pois o adultocentrismo isola a leitura sobre as crianças, conformando-as como “apêndices” das análises sociais. Assim, é necessário ter as crianças e as infâncias como orientadoras das pesquisas, parceiras e condutoras não apenas no desenvolvimento de pesquisas em curso nos diferentes campos, mas na leitura dos diferentes dados.

Nessa direção, com os atuais desafios colocados para os contextos de pesquisa, instigamos a pensar na “teorização da resistência”, assim como nos provoca Lugones (2014), não somente como fim ou a meta da luta política, mas também como seu começo e possibilidade. A resistência, neste sentido, é a tensão entre a sujeitificação e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão-resistência seja uma relação ativa.

Discutir coletivamente possibilidades teórico-metodológicas que consideram as crianças e os movimentos sociais se apresenta como potência para construção de significados que recusam organização social vigente, estruturada pelo capital. Assim, a discussão sobre a colonialidade do poder vem sendo uma importante ferramenta que nos permite compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racionalizantes e engendrados, na qual cada pessoa, adulto ou criança desde bebê, possa ser visto e vista como pessoa ativa, histórica e capaz de lutar e de resistir.

## Referências

ANJOS, Cleriston Izidro dos; FRANCISCO, Deise Juliana. Educação Infantil e Tecnologias Digitais: reflexões em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 125-146, jan./jan., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79007>. Acesso em: 19 dez. 2021.

ANJOS, Cleriston Izidro dos; PEREIRA, Fábio Hoffmann. Educação infantil em tempos de pandemia: outros desafios para os direitos, as políticas e as pedagogias das infâncias. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 3-20, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79179>. Acesso: 26 nov. 2021.

BARBOSA, Ivone Garcia.; SOARES, Marcoa Antônio. Educação Infantil e pobreza infantil em tempos de pandemia no Brasil: existirá um “novo normal”? **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 35-57, jan./jan., p.35-57, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79044>. Acesso em: 19 dez. 2021.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

CHAVES, Rosa S. L., FINCO, Daniela. Desigualdades, Violências e Pandemia: mulheres em rede na construção de uma pedagogia crítica feminista. In: GOBBI, Marcia Aparecida; DIAMANTE, Juliana. (Orgs.) **Coletivos, mulheres e crianças em movimentos na pandemia: do podcast ao livro**. 1ed.São Paulo: FEUSP, 2021, p. 301-313. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9786587047133>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FARIA, Ana. Lucia Goulart de; FINCO, Daniela (Orgs.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.

FREITAS, Samantha *et al.* A vida, a saúde e a educação são mesmo consideradas essenciais no estado de São Paulo? **Le Monde Diplomatique**, 15 de abril de 2021. Disponibilidade em: [https://diplomatique.org.br/a-vida-a-saude-e-a-educacao-sao-mesmo-consideradas-essenciais-no-estado-de-sao-paulo/#\\_ftn1](https://diplomatique.org.br/a-vida-a-saude-e-a-educacao-sao-mesmo-consideradas-essenciais-no-estado-de-sao-paulo/#_ftn1). Acesso em: 21 abr. 2021.

GOBBI, Marcia Aparecida; PITO, Juliana Diamante. (Orgs). **Coletivos, mulheres e crianças em movimentos: na pandemia, do podcast ao livro**. / Organizadores Marcia Aparecida Gobbi, Juliana Diamante Pito. São Paulo: FEUSP, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/9786587047133>. Acesso em: 20/12/2021.

GOBBI, Márcia. Educação Infantil em tempos de pandemia: a (in)visibilidade de bebês e crianças nessa travessia. **Zero-a-Seis (Resistir para/com a infância continuar a existir: Transcrição de 21 lives sobre infâncias e Educação Infantil na pandemia de Covid-19)**, Florianópolis, v. 22, n. 42 (2020). Universidade Federal de Santa Catarina, p. 965-970.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, jul./dez., 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. p. 935-952.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2020.

MBEMBE, Achille. Poder Brutal, Resistência Visceral. *In*: **Série Pandemia**. São Paulo: N-1, 2019.

MELLO, Ana Maria; NEGREIROS, Fauston; ANJOS, Cleriston Izidro dos (Orgs.). **Caderno de Direitos - Retorno à creche e à escola: Direitos das crianças, suas famílias e suas/seus educadoras/es - gestoras/es, professoras/es e funcionárias/os**. Piauí: EDUFPI / FRENTE NORDESTE CRIANÇA, 2020. Disponível: [https://www.ufpi.br/arquivos\\_download/arquivos/Caderno\\_Direitos\\_-\\_EDULPI\\_com\\_ISBN20200725103619.pdf](https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Caderno_Direitos_-_EDULPI_com_ISBN20200725103619.pdf). Acesso em: 19 dez. 2021.

PARENT IN SCIENCE. **Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível: <https://www.ufrgs.br/ciencia/pesquisa-da-ufrgs-revela-impacto-das-desigualdades-de-genero-e-raca-no-mundo-academico-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 19 dez. 2021.

RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo et al. *Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil?* **Revista Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, 2020.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(9), 2020, p. 3421-3430.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil**. Salvador: Livraria Progresso, 1957.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: para quem? **Ciência e cultura**, 28 (12), 1976.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Boaventura de. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina; 2020.

SANTOS, Solange Estanislau; SARAIVA, Marina Rebeca de Oliveira. O ano que não tem fim: as crianças e suas infâncias em tempos de pandemia. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1177-1187, dez./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2020v22nespp1175>. Acesso: 26 nov. 2021.

SARTI, Thiago Dias et al. Qual o papel da atenção primária à saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19? **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 29 (2), 2020, p. 1-5.

SOUZA, Ellen de Lima e SOUZA, Márcia L. A. Necrovalores e Proteção à Infância. **GGN O jornal de todos os Brasis**. Disponibilidade em: <https://jornalggn.com.br>. Acesso em: 13 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. CENTRO DE EDUCAÇÃO. **Relatório técnico de pesquisa: perfil dos estudantes de Pedagogia e acesso digital**. Maceió: Centro de Educação / Curso de Pedagogia, 2020. Disponível: <https://cedu.ufal.br/institucional/informes/cedu-divulga-relatorio-com-perfil-dos-estudantes-de-pedagogia-e-acesso-digital/relatorio-pedagogia-versaodefinitiva-11-09-2020.pdf/view>. Acesso em: 9 dez. 2021.

Recebido em: 18 de outubro de 2021.

Aceito em: 11 de outubro de 2021.